

INCLUSÃO NA ESCOLA DO SISTEMA REGULAR – INTEGRAÇÃO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL, CURRÍCULO E FAMÍLIA

INCLUSION IN THE REGULAR SCHOOL SYSTEM - INTEGRATION: TRAINING, CURRICULUM AND FAMILY

INCLUSIÓN EN EL SISTEMA ESCOLAR REGULAR-INTEGRACIÓN: FORMACIÓN PROFESIONAL, CURRÍCULO Y FAMILIA

Alessandra de Paula¹

¹Doutora em Engenharia da Produção (UFSC), mestre em Engenharia da Produção e Sistemas pela PUC-PR, Especialista em Planejamento e Gerenciamento Estratégico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Engenharia de Produção e Especialista em Formação de Docentes e Orientadores Acadêmicos pelo Centro Universitário Internacional Uninter. Graduação em Administração.

Alvaro Guillermo Rojas Lezana²

²Graduação em Engenheiro Civil Químico - Universidade Católica de Valparaiso Chile, mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em Engenharia Industrial - Universidade Politécnica de Madrid. Professor Associado 3 da Universidade Federal de Santa Catarina.

Estefani Turmina Zonta³

³Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras.

Kellen Coelho dos Santos⁴

⁴Graduação em COMEX pela Faculdade Educacional de Araucária.

Robson Seleme⁵

⁵Graduado em Engenharia Civil pela Universidade de Mogi das Cruzes, mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor adjunto da Universidade Federal do Paraná.

RESUMO

Este trabalho traz um estudo acerca das dificuldades na prática da inclusão, uma vez que, na atualidade, a escola tem sido levada a trabalhar com esta nova clientela, a qual acaba por exigir uma postura diferenciada, tanto das instituições de ensino, quanto de pais e professores. O objetivo geral deste trabalho foi o de caracterizar a inclusão, já os objetivos específicos buscaram analisar como ocorre o processo inclusivo, verificar a importância da formação do professor para a inclusão, analisar o currículo inclusivo, verificar o impacto causado pelo apoio da família no processo inclusivo para que ocorra de maneira efetiva. Para se chegar aos resultados foi realizado o fichamento das obras pesquisadas, no qual os dados mais importantes foram elencados, transformados em texto e relacionados com a opinião dos demais autores. Trata-se de uma pesquisa exploratória do tipo descritiva, por meio da qual pôde-se verificar que a inclusão é uma realidade em nosso país, sendo necessária uma mudança atitudinal por parte de escolas e professores, os quais deverão modificar seu currículo e buscar o apoio dos pais para oferecer um ensino de qualidade a

todos os alunos, em especial aos alunos com necessidades educacionais especiais, e que vise a formação social e intelectual destes.

Palavras chave: Inclusão. Professores. Escola. Família. Currículo.

ABSTRACT

This paper presents a study about the difficulties in the practice of inclusion, since, at present time, the school has been taken to work with this new clientele, which turns out to require a differentiated approach, both of educational institutions, as well as parents and teachers. The overall objective of this work was to characterize the inclusion, already the specific objectives sought to analyze how the inclusive process occurs, verify the importance of training for inclusion, analyze the inclusive curriculum, check the impact caused by the support of the family in the inclusive process to occur effectively. To reach the results was held the fingerprinting of works researched, in which the critical data were listed, transformed into text and related to the opinion of other authors. This is an exploratory descriptive research, through which it can be seen that inclusion is a reality in our country, attitudinal change is required on the part of schools and teachers, which should modify your resume and seek the support of parents to provide a quality education to all students, in particular, students with special educational needs, and to social and intellectual formation of these.

Keywords : Inclusion . Teachers . School. Family. Curriculum.

RESUMEN

Este trabajo aporta un estudio sobre las dificultades en la práctica de la inclusión, ya que, en la actualidad, la escuela ha sido llevada a trabajar con esta nueva clientela, por lo que resulta necesario un enfoque diferenciado, tanto de las instituciones educativas como de los padres y profesores. El objetivo general de este trabajo fue caracterizar la inclusión, puesto que los objetivos específicos buscaron analizar como ocurre el proceso inclusivo, verificar la importancia de la formación del profesor para la inclusión, analizar el currículo inclusivo, verificar el impacto causado por el apoyo de la familia en el proceso inclusivo para que se produzca efectivamente. Para alcanzar los resultados se llevó a cabo el registro de las obras investigadas en las que figuraban los datos más importantes, transformado en texto y relacionados a la opinión de los demás autores. Se trata de una búsqueda exploratoria del tipo descriptivo, por la que se pudo verificar que la inclusión es una realidad en nuestro país, que requiere un cambio presente por parte de las escuelas y profesores, que deben modificar su plan de estudios y buscar el apoyo de los padres para proporcionar una educación de calidad a todos los estudiantes, especialmente a los estudiantes con necesidades educativas especiales, y que tenga como objetivo la formación social e intelectual de estos.

Palabras clave: Inclusión. Profesores. Escuela. Familia. Currículo.

1. INTRODUÇÃO

A diversidade na escola trata de vários temas, dentre eles, um tema que merece mais investigação, ou seja, as dificuldades encontradas pela escola regular em incluir alunos com necessidades especiais.

A inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares é um tema que ganhou realce a partir da década de 1990. Anteriormente, as políticas e teorias da educação especial tratavam da integração.

A adoção do paradigma inclusivo, pelas instituições de ensino, foi estimulada por meio da legislação baseada na Declaração de Salamanca. O processo de inclusão passou a ser investigado por várias áreas do conhecimento tentando cada uma delas estabelecer diretrizes para o atendimento educacional especializado.

A discussão acerca da inclusão, atualmente, se dá a partir da busca pela adequação dos ambientes, das propostas pedagógicas e curriculares e das práticas educacionais focadas no atendimento especializado para que se faça cumprir a legislação vigente.

Diante disto, este trabalho teve como objetivo geral verificar o que é inclusão, já os objetivos específicos buscaram analisar como ocorre o processo inclusivo; verificar a importância da formação do professor para a inclusão; analisar como é o currículo inclusivo, além de verificar a importância da família para que a inclusão ocorra de maneira efetiva.

2. A INCLUSÃO

Anteriormente, o processo de inclusão era tratado como integração, como o processo de integrar os alunos com necessidades especiais num contexto de escolas regulares, ou seja, alguns alunos frequentavam a escola, porém, a escola não efetuava nenhuma adaptação para recebê-lo, ocorrendo, na maioria das vezes, à segregação destes alunos.

A inclusão escolar pode ser entendida como sendo uma das mais importantes propostas da educação especial do Brasil. De acordo com Mazzota (2005), o Conselho Federal de Educação entende que a educação especial é uma linha de escolarização, enquanto que o MEC (Ministério da Educação) a interpreta como “linha de atendimento assistencial e terapêutico” ao invés de educacional escolar. Todas as decisões e ações atribuídas à educação especial pelo MEC, possuem um sentido clínico terapêutico e o atendimento educacional aos portadores de deficiência caracteriza-se apenas como preventivo e corretivo. No entanto, após 1990, surgem indicadores em busca de preparação à educação especial como modalidade de ensino.

Após 1994, com a Declaração de Salamanca, oriunda da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, ocorrida na Espanha,

foram estabelecidos alguns princípios que deveriam ser colocados em prática pelos governos.

A proposta de educação inclusiva (Declaração de Salamanca, 1994) prevê que todos os alunos têm a possibilidade de integrar-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências sensoriais, mentais, cognitivas ou que apresentem transtornos severos de comportamento, preferencialmente sem defasagem idade-série.

A Declaração de Salamanca (1994) destaca princípios de acordo com o art. 2, como segue:

Art. 2 Acreditamos e proclamamos que:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimora a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

A partir desta declaração, ocorreu um processo de mudança nas práticas utilizadas, no qual a escola deveria adaptar-se e questionar as propostas pedagógicas tornando o acesso aos alunos com necessidades educacionais especiais viável.

Neste sentido, Silva (2010, p. 101) afirma que: “a inclusão escolar evidenciou que a prática pedagógica tradicional, baseada apenas na transmissão de conhecimento, é ineficaz para ensinar grande parte dos alunos”.

Iniciou-se então um momento de muitos desafios para a educação, era hora de mudar e transformar para poder atender as necessidades da sociedade. Segundo Fernandes (2011, p. 88):

Nossa colaboração nesse processo pressupõe a consciência dos limites de nossa atuação histórica, ainda que defendamos a democratização do

acesso ao conhecimento produzido pelo homem, a compreensão da natureza histórica de nossas diferenças individuais e os decorrentes processos de marginalização a que algumas parcelas da população são submetidas, em decorrência dessas diferenças.

De acordo com Santos (2002), a inclusão deve buscar estratégias que visem propiciar a igualdade de oportunidades. Um dos princípios que norteiam a educação inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, estas devem ser tratadas da mesma forma, independente de possuírem necessidades especiais ou não. Cabe às instituições reconhecer as necessidades de cada aluno, e a busca por diferentes formas de oferecer a este um ensino de qualidade que busque ultrapassar as barreiras de sua “diferença”. Para isso, as crianças com necessidades especiais devem receber os apoios extras que necessitam para que tenham uma educação efetiva.

Mazzota (2005), acredita que às vezes são necessárias modificações na organização e no funcionamento da educação escolar, para que os alunos com necessidades educacionais especiais possam ser atendidos.

Grande parte das necessidades educacionais, mesmo dos alunos portadores de deficiências, poderão ser atendidas apropriadamente, sem o concurso de ações e recursos regulares. Todavia a presença de necessidades educacionais especiais, cujo atendimento esteja além das condições e possibilidades dos professores e dos demais recursos escolares comuns, demandará provisão de auxílio e serviços educacionais propiciados por professores especialmente preparados para atendê-las. (MAZZOTTA, 2005)

Segundo Carvalho (1997), os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais necessitam de respostas educativas adequadas a elas. A intervenção educativa, como processo interativo, deve propiciar ajustes apropriados a tais necessidades, conforme afirma:

Tais ajustes ou adaptações também se organizam num contínuo que vai desde pequenas modificações na programação das aulas, até mudanças significativas e que distanciam consideravelmente do projeto curricular estabelecido (estas, bem frequentes). (CARVALHO, 1997)

Acredita-se que a inclusão só é possível com uma reestruturação total do projeto pedagógico escolar, sem adaptações predefinidas de métodos e práticas especializadas de ensino.

Assim, de acordo com Mazzota (2005), a implementação da inclusão tem como pressuposto um modelo no qual cada criança é importante para garantir a riqueza do conjunto, sendo desejável que na classe regular estejam presentes todos os tipos de aluno, de tal forma que a escola seja criativa no sentido de buscar soluções visando manter os diversos alunos no espaço escolar, levando-os a obtenção de resultados satisfatórios em seu desempenho acadêmico e social.

2.1 O CURRÍCULO INCLUSIVO

O primeiro passo para esta transformação foi e ainda é um grande desafio, flexibilizar o currículo para a educação inclusiva. Minetto (2008, p. 32) ressalta que:

Uma escola consegue organizar um currículo inclusivo quando reconhece a complexidade das relações humanas (professor-aluno), a amplitude e os limites de seus objetivos e ações; quando entende o ambiente escolar como um espaço relacional que estabelece laços que contribuem para a formação de uma identidade individual e social. Assim, estar na escola não significa que o aluno esteja aprendendo. A escola preocupa-se muito com a aprendizagem e pouco com o sujeito que está aprendendo. Por tudo isso, torna-se inegável que a marca da história de vida pessoal de cada um reflete na definição de suas opções, percepções e escolhas. O professor organiza e pratica o currículo enquanto constrói e reconstrói suas concepções, percepções e escolhas e, assim também o faz o aluno enquanto aprende.

Se faz necessário que a escola modifique o seu currículo, porém, não esquecendo da necessidade de atender a toda a comunidade escolar, alertando sempre para a diversidade. Nessa direção, Fernandes (2011, p. 173) menciona:

Partimos do princípio de que o conhecimento sistematizado pela educação escolar, manifestado no currículo, deve oportunizar aos alunos idênticas possibilidades e direitos, independentemente das diferenças sociais, culturais e pessoais que os identificam. No entanto, a concretização de currículos abertos e flexíveis não se faz descolada da realidade concreta na qual esse projeto é gestado.

Considerando que a pluralidade e não a igualdade é a principal característica do ser humano, e que a educação deve contemplar essa diversidade da condição humana propiciando oportunidades iguais para seu desenvolvimento, fica evidente que não é apenas o educando, com deficiência ou não, que deve adaptar-se ao sistema de ensino e sim a escola é que tem o dever de atender às necessidades da criança para a sua real participação, ou seja, para sua inclusão.

Porém para que a inclusão ocorra, torna-se necessário que o sistema de ensino propicie recursos educacionais para atender às necessidades educacionais especiais.

Tal crença encontra fundamentos em autores como Mazzota (2005), Santos (2002) e Carvalho (1998) que assinalam ser necessária, algumas vezes, para a inclusão de alunos com diferentes tipos de deficiência e necessidades educacionais especiais, a utilização de recursos educacionais adequados para atendê-los.

Para Santos (2002), a inclusão se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar igualdade de oportunidades. Um dos princípios que norteiam a educação inclusiva, é o de que todas as crianças devem aprender juntas, estas devem ser tratadas da mesma forma independente de possuírem necessidades especiais ou não. Cabe às instituições reconhecer as necessidades de cada aluno e buscar uma forma de oferecer a este um ensino de qualidade que busque ultrapassar as barreiras de sua “diferença”. Para tanto, as crianças com necessidades especiais devem receber os apoios extras que necessitam para que tenham uma educação efetiva.

Mazzota (2005) acredita que às vezes são necessárias modificações na organização e no funcionamento da educação escolar, para que os alunos com necessidades educacionais especiais possam ser atendidos. São palavras do autor:

Grande parte das necessidades educacionais, mesmo dos alunos portadores de deficiências, poderão ser atendidas apropriadamente, sem o concurso de ações e recursos regulares. Todavia a presença de necessidades educacionais especiais, cujo atendimento esteja além das condições e possibilidades dos professores e dos demais recursos escolares comuns, demandará provisão de auxílio e serviços educacionais propiciados por professores especialmente preparados para atendê-las. (MAZZOTTA, 2005)

Carvalho (1997), ao escrever sobre currículo, considera que:

Tais ajustes ou adaptações também se organizam num contínuo que vai desde pequenas modificações na programação das aulas, até mudanças significativas e que distanciam consideravelmente do projeto curricular estabelecido (estas, bem frequentes). (CARVALHO, 1997).

Acredita-se que alunos que apresentam necessidades educacionais especiais requerem respostas educativas adequadas a elas. A intervenção educativa, como processo interativo, deve propiciar ajustes apropriados a tais necessidades, conforme afirma.

2.2 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

A formação docente é uma questão muito discutida em várias vertentes da pedagogia, entretanto, no contexto da educação inclusiva, ainda é uma preocupação. Fernandes (2011), aponta alguns aspectos relacionados à formação dos docentes como pontos ligados às dificuldades encontradas pelos professores:

- Despreparo de professores para se relacionar e ensinar alunos com deficiências;
- Desconhecimento de conteúdos e metodologias de ensino específicas;
- Insegurança no estabelecimento de interações cotidianas mais elementares: aproximação, comunicação, etc;
- Ausência ou inexistência de critérios para avaliar o aproveitamento escolar desses alunos. (FERNANDES, 2011)

De acordo com Minetto (2008, p. 44), falar de inclusão é falar de um propósito muito abrangente, uma longa jornada que propiciará também aos professores o direito de construir e ampliar suas habilidades enquanto sujeito e profissional. Inclusão implica, por um lado, o direito do professor em receber apoio e oportunidades para o seu desenvolvimento profissional e, por outro, o direito dos pais de esperar que seus filhos recebam educação adequada.

A resolução CNE/CEB nº 01/2002 preconiza que os princípios da educação inclusiva e os fundamentos da Educação Especial sejam amplamente discutidos durante a formação inicial e continuada de professores, com vistas a capacitá-los para o atendimento aos alunos inclusos. A partir de tais discussões pretende-se que os professores aprendam e percebam acerca da diversidade dos alunos, valorizando, assim,

a educação inclusiva, flexibilizando as ações pedagógicas e identificando as necessidades educacionais de cada um, além de lhe oportunizar, junto a professores especializados, a implantação de adaptações curriculares.

De acordo com Marchesi et al. (1995), a formação de professores deve ter como objetivo saber como trabalhar na sala de aula, que contemple, portanto, programações específicas, adaptações, adequações curriculares, metodologia, organização do grupo, avaliação, técnicas de trabalho de grupo e diferentes estratégias de intervenção em função dos problemas de aprendizagem apresentados pelos alunos.

Segundo Correia (1997) a formação continuada deve “compreender a situação emocional da criança; utilizar serviços de apoio; promover uma comunicação efetiva com os pais; perceber o processo administrativo que leva à organização e gestão do ambiente de aprendizagem”.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei nº 9394/96) a educação especial passou a ser considerada como uma modalidade da educação escolar, e esta deve ser ofertada, de maneira preferencial.

Acerca do corpo docente que atua com esta clientela, a mesma Lei, em seu artigo III, recomenda que sejam:

Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas salas comuns. (BRASIL, 1996)

Dando condições legais para que escola possa prover as necessidades exigidas pela inclusão.

2.3 O PAPEL DA FAMÍLIA

A educação precisa, com urgência, de uma família mais participativa em todos os sentidos, em todas as classes sociais e em todos os níveis de aprendizado. Quando tratamos de alunos com necessidades educacionais especiais, é de extrema importância a

participação da família no processo de aprendizagem desde o planejamento aos resultados do ensino. Silva (2010, p. 153) ressalta:

A parceria entre familiares e profissionais é fundamental para o bem-estar do aluno com necessidades educacionais especiais assim como para o seu sucesso acadêmico. Sendo assim, não podemos desconsiderar a participação dos familiares no planejamento do programa educacional voltado para esses alunos.

Nielsen (1999) é da opinião que para as crianças terem uma boa experiência educativa é necessário que os pais sejam envolvidos no processo educativo. Por outro lado, e referindo-se aos alunos com NEE (Necessidades educacionais especiais), Marchesi et al. (1995) salienta que “a participação e colaboração dos pais no processo educacional dos alunos com NEE é um fator primordial para favorecer o seu desenvolvimento”.

No que diz respeito à educação das crianças, de modo geral, em especial àquelas com necessidades educacionais especiais, é de suma importância que a escola busque promover a colaboração dos pais. Correia (1997) colabora com esta ideia, para ele os pais são elementos fundamentais no que diz respeito à planificação, execução e avaliação de programas de intervenção.

Segundo Diez (1989), existem diversas causas para que haja uma relação bastante estreita entre a família e a escola, dentre as quais pode-se citar o fato de a educação, atualmente, não ser de responsabilidade exclusiva dos professores, tendo os pais o dever de participar de maneira conjunta, com vistas a corroborar para a formação dos educandos.

As crianças com necessidades educacionais especiais devem receber apoio educacional o mais precocemente possível, segundo Marchesi et al. (1995), “toda a educação deve começar precocemente, mesmo a da criança que evolui e progride normalmente”.

Abreu et al. (1990), acredita que a participação dos pais nos programas de intervenção precoce pode vir a favorecer o processo de desenvolvimento da capacidade infantil, de forma que é preciso envolver os pais de maneira ativa, uma vez que eles poderão ser os primeiros intervenientes na criação de estímulos e outras condições básicas de aprendizagem. A estimulação é bastante importante para o desenvolvimento das crianças, no caso de crianças com algum tipo de necessidade especial, a estimulação

assume um papel ainda mais relevante, ficando a cargo dos pais essa estimulação em um ambiente adequado, dando carinho e atenção, de modo a proporcionar um bom desenvolvimento global da criança.

Davies et al. (1997), acredita que para que haja uma parceria entre escola/família se faz necessária uma mudança nas atitudes dos professores, os quais deverão enxergar os pais como educadores capazes de realizar intervenções que facilitem o sucesso educativo. Ainda, segundo os mesmos autores, as escolas devem ter uma comunicação eficaz com as famílias, buscando que estes reforcem as atitudes favoráveis ao sucesso educativo e que venham a apoiar os alunos nos estudos. Há que se ter em mente que a Educação é uma tarefa de todos, não ficando a cargo somente dos professores, uma vez que, os primeiros intervenientes e responsáveis pela educação dos filhos são os pais.

Davies (1989), acredita na existência de um sentimento geral de que as escolas só podem mudar se desenvolverem laços de colaboração com as famílias. Segundo o autor, as famílias e as comunidades partilham de responsabilidades para o sucesso dos alunos, uma vez que o sucesso acadêmico está diretamente ligado ao desenvolvimento social, físico e emocional das crianças. Deste modo, se torna necessário que as instituições escolares, as famílias e as comunidades aprendam a trabalhar de maneira conjunta com vistas a promover a educação e o desenvolvimento da criança.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo teve início a partir de uma pesquisa, que é definida por Gil (1999), como sendo um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”, pode-se considerar, complementarmente que a pesquisa identifica necessidades para prover soluções.

Foi realizada uma pesquisa exploratória com base na revisão da literatura acerca do tema. Este tipo de pesquisa, segundo Mattar (1999), visa prover ao pesquisador um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Combinada com a pesquisa descritiva, que é vista por Andrade (2001) como: “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”.

Para se chegar aos resultados foi realizado o fichamento das obras pesquisadas. Foram elencados os dados mais importantes e, após, relacionados com a opinião dos demais autores. A discussão realizada foi registrada nesta pesquisa, e o tema não foi esgotado mas, apresenta uma discussão para a melhoria na inclusão.

4. DISCUSSÃO DO TEMA

Apesar de constatar-se que a legislação avançou nos últimos anos, verifica-se que ainda não é suficiente para prover uma inclusão completa e com qualidade para este aluno.

Fazendo-se uma análise das opiniões dos autores pesquisados, entende-se que uma mudança na maneira de ver a questão da inclusão, deslocando o foco das características ou dificuldades do aluno para a forma com ensiná-lo, poderá, neste momento, contribuir para mudanças na escola que facilitarão o caminho ao objetivo de fazer com que o aluno participe de atividades e sinta que pode contribuir de alguma forma.

Para que a inclusão se concretize, é necessária uma mudança ideológica na sociedade, o que reverterá em uma mudança no sistema educacional. Essa mudança ideológica é mais profunda e depende da concepção de homem e sociedade, ou seja, da forma de ver o outro e com ele se relacionar.

Currículo

A inclusão só é possível com uma reestruturação total do projeto pedagógico escolar sem adaptações predefinidas de métodos e práticas especializadas de ensino. O currículo deve ser próprio para atendimento das exigências inclusivas.

A educação, como fator de mudança e transformação do homem, poderá cooperar para que ocorra a mudança ideológica pretendida na sociedade. O currículo inclusivo além de prever e conter as ferramentas necessárias deve ser dinâmico para incorporar o que existe de mais moderno para a efetivação da inclusão.

Existem diversas exigências que devem ser consideradas em função das especificidades das atividades realizadas no sistema regular. A evolução das tecnologias faz primordialmente a inclusão, hoje mais do que nos anos anteriores quando oferece recursos especiais que devem ser previstos e adotados pelos currículos

Professores

Tanto a formação inicial quanto a formação continuada, deverão subsidiar os professores para que estes consigam atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, para que desta forma, estes tenham uma educação de qualidade que corrobore para seu aprendizado, visando a melhoria de suas habilidades.

Os autores deste trabalho, todos da área educacional, revelam que a formação tradicional de professores não os prepara adequadamente para uma escola inclusiva, considerando a história da educação em nosso País, porém, é preciso rever esta formação com urgência para que o ensino não seja prejudicado.

Existem entre os professores aqueles que têm ressalvas com relação a inclusão. Esta postura não deve prevalecer uma vez que segrega de forma mais prejudicial a ação docente.

Família

A cooperação entre a família (pai, parentes e amigos) e a escola é indispensável, por meio dela é possível, não somente melhorar o rendimento dos alunos, mas também delimitar os papéis, fazendo com que os pais assumam parcela na educação de seus filhos, complementando ou iniciando o processo, facilitando assim o trabalho docente.

O primeiro contato da criança com o aprendizado ocorre dentro de casa. Os pais precisam ter em mente que a escola não é a única responsável pelo aprendizado, pois esta tarefa deve ser dividida por todos, tendo cada um, sua parcela de responsabilidade com a educação.

A escola deve adaptar-se para atender às necessidades destes alunos inseridos em classes regulares. A educação inclusiva deve ser posta em prática por uma escola inclusiva que busque ações que favoreçam a integração e a opção por práticas heterogêneas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo foi possível verificar que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais começou a ter destaque a partir da década de 90, época na qual ocorreu a Declaração de Salamanca, que indicou os princípios que devem ser levados em consideração no ensino destes alunos e como deveria ser conduzido por todos os países.

A inclusão busca a melhoria na qualidade de ensino daqueles alunos que, durante tanto tempo, foram excluídos de forma brutal da sociedade, dando-lhes a oportunidade de se envolverem com os demais alunos e, por consequência, se desenvolverem.

Diante do processo inclusivo, é necessário que as instituições de ensino e professores preparem-se para receber esta nova clientela, que cresce a cada dia, estes deverão incluir em seu currículo atividades que visem o desenvolvimento pleno de todos os alunos. Também é imprescindível que o professor busque, tanto em sua formação inicial, quanto em sua formação continuada, conhecer mais acerca das inúmeras necessidades dos alunos e sobre o processo inclusivo, pois, caberá a ele desempenhar o papel de mediador do conhecimento, independente de o aluno ser de inclusão ou não.

É possível verificar que as dificuldades se destacam na realização da inclusão, pois envolve a escola, com infraestrutura adequada e projetos pedagógicos que contemplem em seu currículos ações voltadas à inclusão, os pais, parentes e amigos, os professores e a comunidade. Com o esforço integrado pode-se obter melhores resultados e proporcionar a estes alunos uma educação de qualidade, que vise a formação intelectual e social de todos.

REFERENCIAS

ABREU, I.; SEQUEIRA, A.P.; ESCOVAL, A.. **Ideias e Histórias: Contributos Para Uma Educação Participada**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1994. Encontrado em portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf, acessado: 12 fevereiro 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Brasília, DF, 2001.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9394/96. 1996.

CARVALHO, R.E. Falando de integração da pessoa deficiente: conceituação, posicionamento, aplicabilidade e viabilidade. In: MANTOAN, M.T.E. (org.). **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon, 1997.

CORREIA, L.. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto: Porto Editora, 1997.

DAVIES, D.; MARQUES, R.; SILVA, P.. **Os Professores e as Famílias: Colaboração Possível**. Lisboa: Livros Horizonte, 1997.

DIEZ, J.J.. **Família – Escola, uma Relação Vital**. Porto: Porto Editora, 1989.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. 2. ed. ver. e atual. Curitiba. Ibpex. 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCHESI, A.; COLL, C.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação, Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, vol.3, 1995.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 2005.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2. ed. rev. atual. ampl. Curitiba. Ibpex. 2008.

NIELSEN, L. B.. **NEE na Sala de Aula, um guia para Professores**. Agosto. Porto Editora, 1999.

SANTOS, M.P. **A inclusão da criança com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: Instituto Phillippe Pinel/PUC/UFRJ, 2002.

SILVA, Aline Maira da. **Educação Especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba. Ibpex. 2010

Nome: Alessandra de Paula

Endereço completo: Rua treze de maio, 538 - Curitiba/PR

Afiliação: Centro Universitário Internacional UNINTER

Telefone: (41) 3311 5906

E-mail: alessandra.p@grupouninter.com.br

Nome: Alvaro Guillermo Rojas Lezana

Endereço completo: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Trindade - Florianópolis/SC
Afiliação: Universidade Federal de Santa Catarina
Telefone: (48) 9972 1202
E-mail: alvaro.lezana@ufsc.br

Nome: Estefani Turmina Zonta
Endereço completo: Rua Itália, 290 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR
Afiliação: Centro Universitário Internacional UNINTER
Telefone: (41) 3608 2198
E-mail: estefani.z@grupouninter.com.br

Nome: Kellen Coelho dos Santos
Endereço completo: Rua treze de maio, 538 - Curitiba/PR
Afiliação: Centro Universitário Internacional UNINTER
Telefone: (41) 3311 5600
E-mail: kellen.s@grupouninter.com.br

Nome: Robson Seleme
Endereço completo: Rua Francisco H.dos Santos, 210 - Centro Politécnico - Curitiba/PR
Afiliação: Universidade Federal do Paraná
Telefone: (41) 9133 3142
E-mail: robsonseleme@ufpr.br